



## Bombeiros perto da autonomia

O plenário aprovou, em 1º turno, na quarta-feira (21) o Projeto de Emenda Constitucional 1.0/2003, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), desvinculando o Corpo de Bombeiros da estrutura da Polícia Militar. O objetivo é dar autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros, transformando-o num órgão da administração estadual, seguindo a tendência nacional. Dos 27 estados brasileiros, 19 já deram autonomia à corporação.

O PEC foi objeto de audiência pública na semana passada e recebeu apoio incondicional de todos os parlamentares membros da Comissão de Justiça, reforçado pelo secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi.

O autor da proposta afirmou que a autonomia vai permitir o estabelecimento de estratégia organizacional, estrutural e logística. Bombeiros dos mais diversos municípios do estado ocuparam as galerias do plenário para acompanhar a votação do projeto. "Inserido dentro da estrutura da Polícia Militar, as autoridades e a própria sociedade não têm observado a importância do Corpo de Bombeiros, tão necessário para propiciar o alcance de um desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental, a redução de acidentes/desastres e, conseqüentemente, a melhoria de qualidade de vida", enfatizou Assis.

O artigo 267 do Regimento Interno, determina um interstício de cinco sessões entre os dois turnos. (CA)



(foto Carlos Kilian)

Bombeiros de todo o Estado estiveram presentes no primeiro turno de apreciação da emenda

## Legalização da prática de vôo livre

O deputado Dionei da Silva (PT) está cobrando resposta do diretor geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), Brigadeiro-do-Ar Washington Carlos de Campos Machado, ao requerimento aprovado pelo plenário solicitando a legalização da prática de vôo livre. O parlamentar pretende que o documento sirva de instrumento de pressão para a legalização das rampas de vôo livre e o reconhecimento



**Competição:** Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis, sedia neste final de semana (24 e 25) o Festival de Vôo Livre, reunindo 300 praticantes de asa delta e parapente de Santa Catarina e do Brasil. O evento marca a inauguração da sede do Lagoa Clube de Vôo Livre, da Capital, e da área de pouso

da autonomia da Associação Brasileira de Parapente.

O presidente da Associação Brasileira de Parapente, Cláudio Consolo, diz que o DAC interfere de forma equivocada e arbitrária,

chegando a apreender equipamentos e multando os praticantes de vôo livre. Pelo regulamento em vigor no DAC, a prática do vôo livre é uma atividade irregular, uma vez que apenas cinco rampas de vôo em todo o território brasileiro pre-

enchem os requisitos do departamento. Isso faz com que os esportistas atuem na clandestinidade, pois 99,5% das rampas brasileiras estão irregulares, inclusive a de Jaraguá do Sul, que é ponto de referência em Santa Catarina. (SD)

## TV AL AO VIVO

Em novo formato, o programa **Fala Deputado** passa a ser transmitido AO VIVO, todas as quartas e quintas, às 13 horas, com telefone aberto para a participação do telespectador (48 - 221-2890).

Fique ligado na programação. Na segunda-feira, 26, a partir das 13h30min, você pode participar do **Em Pauta**, que discute o tema Violência contra a Criança, (48 - 221-2752).

Às 21 horas, também aberto à participação (48 - 221-2614), o **Troca de Opinião** discute a crise na Udesc. O reitor Diomário Queiroz, o ex-reitor José Carlos Cechinel e os deputados Joares Pointicelli (PP) e Paulo Eccel (PT) são os convidados.

## AL participa da posse de Kirchner

Integrada ao Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul (UPM), a Comissão de Relacionamento Institucional, Relações Internacionais e Mercosul participa no dia 23 da posse do novo presidente da Argentina, Néstor Kirchner. O presidente da Comissão, Nelson Goetten

(PP), e o coordenador do Bloco Brasileiro da UPM, Flávio Alves Monteiro, estarão presentes à cerimônia. Kirchner está alinhado ao governo brasileiro no fortalecimento do Mercosul e ambos apóiam a ampliação da UPM no caminho da criação do Parlamento Améria do Sul. (MHT)

## Seguro-apagão: prejuízo e incoerência\*

Partiu de uma ação da Assembléia Legislativa, motivada pela iniciativa da Bancada do PP, um movimento que chegou aos gabinetes de Brasília pedindo a imediata sustação da cobrança do seguro-apagão nas faturas de energia elétrica. Há pouco mais de um mês, nossa Bancada reunia-se e encaminhava moção ao Fórum Parlamentar Catarinense (os 16 deputados federais e os três senadores por Santa Catarina) pedindo que parasse essa cobrança que é, ao nosso ver, descabida e altamente prejudicial ao consumidor, em especial, ao pequeno produtor rural.

A nossa iniciativa, respaldada pelos demais senhores deputados desta Casa, começou a fazer efeito. No início desta semana, dois deputados integrantes do Fórum e membros da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal – João Pizzolatti (PP) e Gervásio Silva (PFL) – estiveram neste Parlamento para anunciar o desacordo com a cobrança do imposto e propor mais discussões a respeito.

Estamos pedindo a sustação da cobrança do seguro-apagão considerando, antes de tudo, os enormes prejuízos causados notadamente às cooperativas de eletrificação rural, responsáveis pelo fornecimento de energia a milhares de lares, na sua maioria, de pequenos produ-

tores rurais. A Aneel alega que os recursos da cobrança do seguro servirão para aumentar a oferta de energia aos lares brasileiros. Mas, na realidade, esse “adicional” de energia (3,3 milhões de kilowatts) tem pouca expressão: de acordo com informações trazidas pelos deputados federais, o Brasil dispõe de 83,22 milhões de kilowatts produzidos em usinas em funcionamento e terá em breve mais outros 10,89 milhões de kilowatts com as usinas em construção.

Há ainda um outro dado: devido à mudança de hábitos, os brasileiros economizaram 30% do consumo, representando uma economia de 7,5 milhões de kilowatts. Ou seja, há oferta de energia, acima do necessário. Mas há outros pontos ainda a considerar: o seguro está penalizando regiões (como é o nosso caso) e setores que nada têm a ver com as dificuldades no fornecimento de energia elétrica (os blecautes) ocorridos em outras regiões do País.

Sem levar em conta ainda que a cobrança do imposto está causando transtorno aos gastos da população, é bom lembrar também que as autoridades do atual Governo Federal eram combatentes ferrenhos do seguro-apagão durante o Governo de Fernando Henrique. Estamos “cobrando”, agora, um mínimo de coerência nesse sentido.

*\*Deputado Reno Caramori (PP)*

## Concorrência às avessas\*

Semanas atrás recebi em meu gabinete um grupo de mães de universitários da Grande Florianópolis Estavam preocupadas com uma decisão do executivo da Capital que impedia o livre trânsito dos ônibus fretados que fazem o transporte de estudantes às várias universidades da região. Contaram que o decreto da prefeitura não foi debatido e entrou em vigor durante o período de férias, impedindo qualquer mobilização contrária.

Em audiência pública solicitada por mim e realizada pela Comissão de Educação, ficou claro que um dos efeitos do decreto era criar uma espécie de concorrência às avessas, ou seja, impedir a competição entre as empresas e o seu resultado mais benéfico: melhoria da qualidade do serviço.

No momento em que a prefeitura impede o livre trânsito e determina os locais de parada dos ônibus à revelia dos usuários, o respeito aos horários de aulas dos estudantes - na sua grande maioria também trabalhadores - não é mais garantido, pois isso gera a dependência dos ônibus urbanos para chegar aos tais pontos de confluência.

Mas por quê isso? Os ônibus fretados foram contratados dentro das normas legais de um serviço que funciona há mais de 10 anos. Seu trajeto e pontos de parada foram consolidados de acordo com as necessidades dos usuários e jamais foram questionados pelas empresas. Os ônibus fretados são, no cômputo final, mais baratos que os convencionais, respeitam horários, são mais confortáveis e mais seguros (número de passageiros de acordo com o número de poltronas).

Se continuarem atuando como vinham fazendo, essas empresas contratadas provocariam uma saudável concorrência, obrigando às empresas de transportes urbanos a investir para melhorar a qualidade e reduzir o custo ao passageiro. Se, ao contrário, forem impedidas, restarão duas opções aos estudantes da Grande Florianópolis que usam os fretados: desistir de estudar ou superar mais essa dificuldade agüentando ônibus lotados ao final de um longo dia de dupla jornada. Não é o que querem. Querem diálogo. Querem solução. E, no que depender da Assembléia Legislativa, esses direitos deverão ser garantidos.

*\*Deputado José Paulo Serafim (PT)*

## Habitação: dever do Estado\*

Em pouco mais de quatro meses, o governo estadual já sinaliza que sua administração será dirigida ao atendimento dos catarinenses de baixa renda. O compromisso assumido por Luiz Henrique, durante a campanha eleitoral, de governar por toda Santa Catarina, de acordo com o Plano 15, começa a sair do papel.

O governo lançou, na semana passada, o programa Casa Nova, através da Cohab/SC. Serão disponibilizadas linhas de financiamento especiais para construção, reforma e ampliação de moradias populares. Nos próximos quatro anos, pretende atender cerca de 40 mil famílias. A meta é reduzir em até 25% o déficit catarinense de 162 mil moradias.

O programa Casa Nova está orçado em R\$ 480 milhões e contará com recursos do governo federal, do FGTS e da contrapartida do Estado, municípios e beneficiários. O custo médio por unidade é calculado em até R\$ 12 mil e o prazo máximo de financiamento de 20 anos. Na primeira etapa do programa, está prevista a construção de pelo menos quatro mil unidades.

O direito à habitação está garantido na Constituição Federal em seu artigo 6º. E o Estado, como agente principal na adoção de políticas públicas, não pode omitir-se de suas responsabilidades. Não precisamos ir muito longe, em Santa Catarina, para constatar que muitas famílias ainda não possuem casa própria. Não são poucos os casos em que metade do orçamento familiar é gasto em alugueis. Uma realidade que, normalmente, impede o pai de família de proporcionar a seus filhos uma educação de qualidade, uma alimentação balanceada e o conforto de um lar.

Por esse motivo, inicialmente serão contempladas famílias que ganham até três salários mínimos e o agricultor, evitando o êxodo rural.

*\*Deputado Herneus de Nadal (PMDB)*

## ■ Pergunte ao deputado ■

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

**Deputado Narcizo Parisotto (PTB)**, a obrigatoriedade da disciplina de religião no currículo escolar ajudaria a conscientizar mais os jovens?

*Margareth T. Scherer – Balneário Camboriú*

**Resposta:** É benéfica qualquer medida que estimule nas crianças, jovens e adultos, os valores morais e de amor ao próximo. A conscientização desde cedo contribui para que se resgate a unidade familiar, a solidariedade, o respeito pelo semelhante, princípios básicos do cristianismo. Valores estes que têm reflexo direto na mudança do sistema social vigente que oprime, agride e desrespeita os direitos mínimos e as pessoas. A disciplina de religião pode ser um instrumento para que se resgate estes valores fundamentais juntamente com a família e com a escola. Mas é importante que se respeite acima de tudo a diferença de crenças, pois o verdadeiro objetivo da religião é ligar o homem a Deus e ao seu infinito amor por nós. E não estimular as diferenças como forma de conflito. Evangélicos, católicos, protestantes e todas as outras crenças têm este caminho comum, a ligação do homem com o amor de Deus-Pai e com os princípios morais e cristãos.

**O Leitor**

oleitor@alesc.sc.gov.br

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Volnei Morastoni (PT)

**1º Vice-Presidente:** Onofre Agostini (PFL)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Romildo Tiron (PMDB)

**2º Secretário:** Altair Guidi (PP)

**3º Secretário:** Sérgio Godinho (PTB)

**4º Secretário:** Francisco de Assis (PT)

**Conselho Editorial:** Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Marise Ortiga Rosa

**Jornalista responsável:** Cleia Braganholo - DRT/SC 974

**Coordenador:** Celso da Rosa

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne e Graziela May Pereira

**Estagiária:** Denise Arruda Bortolon

**Assessores de Imprensa:** Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

**Diagramação:** Rafael dos Santos

**Revisão:** Mirela Maria Vieira

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

**Expedição:** Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

# Sessão homenageia Rede Feminina de Combate ao Câncer

A Assembléia promoveu nesta segunda-feira (19) uma sessão solene em homenagem à Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer. A mesa foi composta pela deputada Odete de Jesus (PL), presidente da sessão, deputados Dado Cherem (PSDB) e Reno Caramori (PP), a presidente da rede, Sônia Mastella, Dom Murilo Krieger, arcebispo de Florianópolis, e pela secretária adjunta da Saúde, Carmen Zanotto, representando o governador.

A deputada parabenizou a Rede pelos 42 anos de fundação. Saliu o carinho e garra destas mulheres de todo estado que a integram, em um trabalho voluntário na prevenção do câncer de mama e do cólio do útero. Destacou que, mesmo com as dificuldades em que esbarram, prosseguem realizando um tra-



Sônia Mastella e deputada Odete

balho essencial. "O sonho que está no coração dessas mulheres está no coração de todos nós", concluiu.

A ONG está instalada em 47 municípios catarinenses. Em 2001, 89.638 mulheres fizeram

exames preventivos. Sônia enfatizou que para realizar este projeto é necessário estar imbuído de espírito solidário e ter prazer em sentir-se útil. "Em nossas mãos existem cinco dedos: carisma, vocação, talento, esforço e disciplina, para alertar nossas amigas contra o inimigo silêncio", enfatizou.

Caramori e Dado salientaram a importância desse trabalho para uma melhor assistência de quem sofre com essa doença e a importância dos exames de diagnóstico. Após a sessão, foram proferidas palestras sobre o assunto no plenário da casa. (DAB)

## Frigorífico Chapecó

O presidente da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), e o governador Eduardo Pinho Moreira, ambos em exercício, encontraram-se terça-feira (20) em visita protocolar ao Poder Legislativo. Entre os assuntos tratados está a grave situação do Frigorífico Chapecó, que atinge fortemente a economia do Oeste, principalmente os municípios de Chapecó, onde está a sede da empresa, e Xaxim, cujas atividades, segundo Pinho Moreira, seriam praticamente paralisadas, uma vez que 67% da receita é gerada através do frigorífico.

O governador relatou a disposição dos demais governadores dos três estados do Sul em viabilizar uma reunião com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), ainda esta semana, para tratar sobre a oferta de compra do Frigorífico Chapecó primeiramente por um grupo brasileiro, nas mesmas condições oferecidas ao grupo francês Louis-

Dreyfus. O grupo manifestou interesse na compra, porém com a disposição de demitir aproximadamente dois mil funcionários devido ao peso da carga tributária que envolve a manutenção destes empregos.

O secretário regional de Chapecó, Írio Grolli, reforçou o pedido de atenção à situação lembrando a importância da empresa para a estabilidade eco-

nômica e social da região. Pinho Moreira observou que a maior dificuldade encontrada neste processo envolvendo o Frigorífico Chapecó é que a empresa vale "muito menos" do que o valor de sua dívida. Ele comunicou ainda aos parlamentares que o atraso na liberação do Prodetur está ocorrendo devido à necessidade de reformulação do projeto. (SD)



Onofre Agostini e Eduardo Pinho Moreira

## Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo promoveu dia 20 a formatura das primeiras turmas do ensino fundamental e médio, no plenário. Colaram o grau 22 alunos do ensino médio e 15 alunos do ensino fundamental, inclusive o ex-deputado Idelvino Luiz Furlanetto. A escola, que trabalha há um ano e meio através de um convênio entre a Alesc e a Secretaria da Educação, tem como objetivo a cooperação tecnológica, pedagógica, material e financeira.

A solenidade contou com a presença do secretário da Educação, Jacó Anderle, representando o governo, o secretário da Organização do Lazer, Gilmar Knaesel, patrono da turma do ensino fundamental e paraninfo do ensino médio, o deputado Onofre Agostini (PFL), patrono da turma do ensino médio e paraninfo do ensino fundamental, e o presidente da Escola do Legislativo, deputado Wilson Vieira- Dentinho (PT). (DAB)

## Anunciadas medidas administrativas

Antes de partir em viagem oficial à Rússia, o deputado Volnei Morastoni (PT), presidente da Alesc, determinou uma série de medidas administrativas. Uma delas diz respeito ao teto salarial dos servidores do Legislativo. Para que a Assembléia possa respeitar os limites da Lei, foi encaminhada consulta ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para determinar o valor de referência legal a ser considerado para adequação dos limites salariais.

No elenco de consultas feitas ao TCE, consta ainda a le-

galidade ou não do pagamento de indenizações de licença-prêmio não usufruídas. Outra dúvida recai sobre a base legal da chamada indenização de férias. O cancelamento do pagamento de uma verba denominada Equivalência 2, que beneficia 11 servidores e representa, no total, cerca de R\$ 1 mil mensais para cada um, também está entre as medidas.

A Ouvidoria da Assembléia, criada na semana passada está em plena atividade e já recebeu inúmeras críticas e sugestões. (MMV)

## Ouvidoria

Telefone:

0800 486464

Endereço para correspondência:

Palácio Barriga Verde, Rua Jorge Luiz Fontes, 310  
CEP 88020-900, Florianópolis – Santa Catarina.

E-mail:

ouvidoria@ale.sc.gov.br

## Inicia discussão do software livre em SC

A utilização de programas abertos – software livre -, com acesso irrestrito, capaz de democratizar o uso da informática dando liberdade de criação a cada usuário, com baixíssimo custo comparativamente aos chamados sistemas proprietários (como os da Microsoft). O tema foi debatido no Seminário Software Livre e Administração Pública de Santa Catarina. Técnicos de informática e especialistas, de institutos, faculdades, centros de pesquisa e órgãos públicos discutiram o assunto no plenário, nos dias 22 e 23. Os

deputados Dionei Walter da Silva (PT) e Wilson Vieira – Dentinho (PT), que juntos com Morastoni são os autores do projeto de lei que visa a utilização de programas abertos pela administração direta, indireta e fundacional do Estado, participaram dos debates. O software livre é um programa aberto que assegura aos usuários acesso irrestrito ao seu código fonte, sem custos, podendo ser modificado e, inclusive, aperfeiçoado. Ele permite que se conheça o programa e a pessoa mesma cria seus sistemas de segurança e a garantia que se pode dar as suas informações. (CA/DAB)

## CPI da Casan define cronograma de trabalho

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a origem da dívida trabalhista que resultou nos processos administrativos e judiciais da Casan, realizou na segunda-feira (19) a primeira reunião de trabalho. A CPI é presidida pelo deputado Dionei da Silva (PT). Na oportunidade foi apresentado pelo relator Mauro Mariani (PMDB), o plano de trabalho que objetiva a formalização e o planejamento, apontando as linhas gerais de operacionalização, estimando a extensão, profundidade e a cronologia dos eventos que deverão ser promovidos para a obtenção dos resultados pretendidos.

“Estamos apresentando os tópicos com as linhas gerais que deverão nortear as propostas aprovadas pelos membros da CPI e que serão desenvolvidas até o encerramento das atividades, previstas para 120 dias pelo prazo regimental, portanto, até



Relator e presidente

o dia 8 de setembro quando será apresentado o relatório final. Em razão de informações e fatos que vierem a ser recolhidos no curso da investigação, poderão ser sugeridas alterações que conciliem segmentos da investigação não visíveis neste momento inicial do processo, mas que sejam essenciais para alcançarmos os objetivos pretendidos pela CPI”, observou Mariani.

O relator deixou claro no cronograma que as reuniões serão

realizadas semanalmente, às segundas-feiras, às 17 horas, sob convocação, mas devem aguardar a documentação da empresa e do estado, que têm prazo de 30 dias para remeter os documentos para a análise dos parlamentares.

“Quanto às ações, deveremos ouvir os depoimentos das autoridades que dirigem ou dirigiam a empresa a partir de 1987. Além disso vamos ouvir também a Procuradoria Geral do Estado, para que fale da defesa jurídica”, explicou.

Entre outras ações da CPI haverá ainda requisições de informes, diligências e solicitações de diligências e averiguação de denúncias. Segundo Mariani, as denúncias e documentos que não coincidem com o fator determinante da CPI só poderão ser analisadas pela comissão se apresentadas e aprovadas em plenário. (CA)

## Fórum de Desenvolvimento Sustentável

A Assembléia instalou na última semana o Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável, tendo como presidente o deputado Onofre Agostini (PFL) e vice o deputado Rogério Mendonça (PMDB). A criação do Fórum foi de iniciativa do pefelista e tem por objetivo organizar debates, seminários,

propor e elaborar projetos que venham ao encontro da juventude catarinense sobre o tema desenvolvimento social. Além dos dois deputados, participam do Fórum os parlamentares Joares Ponticelli (PP), Dionei da Silva (PT), Sérgio Godinho (PTB), Jorginho Mello (PSDB) e Odete de Jesus (PL). (CLR)

## Aberto prazo de emendas à LDO

Com a aprovação do parecer preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no dia 21 pela Comissão de Finanças e Tributação, foi aberto o prazo regimental de seis dias para que os parlamentares apresentem emendas. Encerrado o prazo, o relator Manoel Mota (PMDB) terá mais 10 dias para apresentar o parecer conclusivo para apreciação da Comissão. Depois disso, o projeto deve ser votado em plenário em até seis sessões.

A proposta, de origem do Executivo, estabelece as dire-

trizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2004, tendo como diretrizes básicas essenciais: a descentralização, municipalização, prioridade social e modernização tecnológica. A LDO determina o percentual máximo de 3% da Receita Líquida Disponível, para a reserva de contingência; 3,6% para a Assembléia Legislativa; 1,2% para o Tribunal de Contas do Estado (TCE); 6,75% para o Tribunal de Justiça do Estado; 2,8% para o Ministério Público e 1,95% para a Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc. (SD)

## Comissão vai discutir terras de marinha

A lei federal, que há mais de quatro anos vem assustando os moradores de áreas localizadas próximo ao mar, às margens de rios e lagos, com a possibilidade concreta da União de cobrar ainda mais por estas terras ou tirá-las de seus proprietários, estará em discussão no próximo dia 9 de junho, às 17 horas, no plenário da Assembléia.

A convocação da audiência pública foi deliberada terça-feira (20) pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Presentes na reunião, além do presidente e do vice-presidente da Comissão, deputados Reno Caramori (PP) e Wilson Dentinho Vieira (PT), os deputados Antônio Carlos Vieira (PP) - Vieirão, Julio Garcia (PFL) e Odete de Jesus (PL). Será convidado para a audiência,

o secretário nacional do Patrimônio da União, Pedro Celso, e o deputado federal Edison Andriano (PMDB), que tem lutado para adequar a complexa legislação, que prejudica centenas de famílias - conforme registraram os deputados Dentinho e Vieirão. Também serão convidados os prefeitos e as Câmaras de Vereadores das cidades que estão ameaçadas pela lei - que na prática confiscaria as terras consideradas da União -, como Joinville, Florianópolis e São Francisco do Sul.

Além disso, os integrantes da Comissão escolheram o deputado Dentinho para representá-la em audiência pública sobre o mesmo tema, convocada pelos vereadores de Joinville, no próximo dia 26, às 19 horas, na própria Câmara. (MMV)

## Agricultura agenda mais três audiências

Em reunião nesta quarta-feira (21) a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), agendou mais três audiências para os meses de junho e julho. No dia 12 de junho, às 15 horas, em Laguna, o tema será Carcinicultura. No dia 26 de junho, às 15

horas, no plenarinho, o Plano de Safra estará em pauta. Transgênicos voltam à discussão em Chapecó, dia 3 de julho, às 10 horas. Outros parlamentares que também participaram da reunião: Reno Caramori (PP), Pedro Baldissera (PT), Valmir Comin (PP) e Dionei da Silva (PT). (RV)

## Celesc

### Aposentados na ativa

Em audiência pública realizada na noite do dia 21, requerida e presidida pelo deputado João Rodrigues (PFL), o presidente da Celesc, Carlos Rodolfo Schneider, não admitiu rever a posição de fechar um acordo com o Ministério Público do Trabalho para o desligamento de 300



Deputados e funcionários ameaçados de desligamento da empresa

funcionários aposentados que estão na ativa, antes mesmo da decisão judicial.

O deputado Antônio Carlos Vieira (PP) ponderou, ao mesmo tempo em que fez um apelo, que a decisão judicial ainda não foi exarada, e que mesmo depois de dada a sentença, a empresa teria como

recorrer.

“A ação civil interposta pela Procuradoria do Trabalho, pedindo o desligamento dos funcionários e impondo multas à Celesc, não tem ainda uma sentença, não foi julgada no mérito. Um acordo pode ser feito posteriormente, caso a decisão seja pelo desligamento. Eu faço um

apelo para que a Celesc aguarde”, enfatizou, aplaudido pelos funcionários ameaçados pela ação judicial. Presentes ainda os deputados Joares Ponticelli (PP), Lício Mauro da Silveira (PP), Herneus de Nadal (PMDB), Manoel Mota (PMDB) e Dionei da Silva (PT). (MMV)

# Conflito entre índios e agricultores leva deputados ao Oeste

Scheila Dziedzic

O conflito que envolve índios e agricultores pela disputa de terras, em Sede Trentin, distrito de Chapecô, Oeste do estado, foi tema de audiência pública da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), na última sexta-feira (16). Segundo Alexandre Bergamin, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a avaliação da Funai sobre o valor de indenização das terras em questão - nas localidades Ximbandue I e II, já definidas pelo Ministério da Justiça como terras indígenas -, não está levando em conta as benfeitorias realizadas, deixando-os sem condições de construir um novo local e até mesmo plantar.

"Uma família que possui uma casa, um galpão e um chiqueiro, na melhor avaliação irá receber só R\$ 8 mil. Eles querem pagar por uma laranjeira que produz 100 quilos de frutos por ano, só R\$ 2,00, enquanto que hoje só a muda custa o mesmo valor. Uma árvore de eucalipto com 10 anos, eles querem pagar apenas R\$ 2,00, enquanto que o metro comercial é vendido por



Agricultores e índios querem solução efetiva para o problema

até R\$ 5,00. O laudo apresentado pela Funai é uma vergonha", denunciou o agricultor.

Os agricultores reivindicaram auxílio dos parlamentares para que se encaminhe uma solução em relação ao reassentamento ou indenização pelas terras. A Constituição Federal, em seu artigo 231, parágrafo 6, prevê a indenização apenas para as benfeitorias, o que atinge aproximadamente 78 famílias de agricultores, apenas em Sede Trentin.

## Emenda

O deputado Pedro Baldissera (PT) apresentou a Proposta de Emenda Constitucional nº 03/03, que está com pedido de vista na Comissão de Constituição

e Justiça (CCJ), alterando o artigo 148, da Constituição Estadual. "Vamos chamar o Estado ao compromisso, pois até hoje lavou as mãos. Os agricultores compraram as terras de boa fé, pagaram e aqui construíram sua história e suas raízes". Padre Pedro lembrou que foi o Estado quem disponibilizou a concessão das terras às Companhias Colonizadoras que, há 80 anos, venderam aos agricultores. O líder do governo na AL, deputado Herneus de Nadal (PMDB), acredita que a PEC nº 03/03 não seja suficiente para solucionar o problema. "Para esta solução tem que haver recursos por parte do Estado, para que ela seja

exequível. Devemos instalar uma comissão com representantes da Funai, Estado e Parlamento para uma solução negociável".

Autor do requerimento para a audiência pública, o deputado João Rodrigues (PFL) defendeu uma reforma agrária indígena. "Se tem índio sem terra, que o governo federal faça uma reforma

agrária indígena, mas não com aquelas terras que os agricultores compraram e pagaram. Trata-se de uma questão polêmica, porém deve prevalecer o bom senso e o entendimento para que não haja prejuízos para nenhum dos lados", disse. Agricultores e índios, assinalou o deputado Narcizo Parisotto (PTB), têm seus direitos e estes não podem ser desrespeitados. Para o deputado federal Gervásio Silva (PFL/SC), não se pode permitir que as famílias de agricultores que estão em suas propriedades há 80, 100 anos, venham engrossar as fileiras do MST.

## Índios



O cacique Idalino Fernandes - da tribo Xoklëng - lembrou que antes de ser Sede Trentin, a localidade em disputa era Toldo Ximbandue - área indígena. "Porque só os agricultores têm direito? Nós confiamos em vocês, os agricultores também. Não queremos ficar discutindo valores e sim a lei. Que país é este que não cumpre com os nossos direitos e que quer fazer com que índios e colonos fiquem em conflito. Não queremos expulsar os colonos, queremos que a Funai pague o preço justo pelas benfeitorias".

O coordenador de Assuntos Fundiários da Funai, em Brasília, José Aparecido Briner, explicou que existe uma ação popular que visa impedir a regularização fundiária das terras de Ximbandue I e II, em Sede Trentin. Estas áreas, segundo ele, foram determinadas como terras indígenas, após um estudo antropológico e fundiário, que culminou com a Portaria 1535 do Ministério da Justiça, de 18 de novembro de 2002. Este processo envolve cerca de 350 índios e uma área de 975 hectares, em fase de regularização. A ser regularizadas existem, ainda, as terras indígenas de Embu (Abelardo Luz), Araçai (Pinhalzinho) e Condá (Chapecô). "A Funai agiu dentro da legalidade amparada na Constituição Federal. Reconhecemos o direito e o sentimento dos agricultores, mas estamos apenas cumprindo a legislação".

## Joinville dá início à revisão do Artigo 170

Rubens Vargas

O modelo que Santa Catarina vai adotar para o financiamento público do ensino superior, principalmente quanto à concessão de bolsas de estudo, foi debatido na segunda-feira (20), às 19 horas, na Univille, em audiência pública promovida, em conjunto, pelas Comissões de Justiça e Educação, presididas, respectivamente, pelos deputados João Paulo Kleinubing (PFL) e Paulo Eccel (PT). Na oportunidade, alunos, professores e representantes das fundações educacionais e das faculdades particulares foram informados dos projetos que tramitam na AL sobre o tema.

Eccel destacou o PL 09/03, de sua autoria, que exclui o crédito educativo da fonte do 170, destinando 100% dos recursos para bolsas de estudo, sendo 90% do total para o sistema Acafe e 10% para o sistema privado. Além disso, propõe que a lista de alunos carentes beneficiados seja publicada em jornal de circulação regional e adiciona à comissão de fiscalização de concessão de bolsas, já que algumas são suspei-

tas de parcialidade, a participação de um professor e dois representantes da comunidade.

Num debate acirrado, o pró-reitor de Administração da Univille, Gilmar Hersinger, manifestou-se contra o repasse de recursos públicos para faculdades privadas, frisando que 90% delas estão no litoral, concentrando mais renda nesta região do estado. Jair Venâncio, da Ampesc, entidade que congrega estas instituições, pregou direitos iguais a todos e lembrou que a maioria dos 35 mil alunos das particulares são carentes e estudam no litoral e Oeste. Já André Gonçalves, presidente do DCE da Univille, disse que o artigo 170 nunca foi eficaz e transparente, ressaltando que o Ministério Público deva ser mais incisivo na fiscalização da concessão de bolsas. Outra questão levantada na audiência foi a da contrapartida social das universidades - atualmente apenas o acadêmico participa do processo através do trabalho voluntário.



Autoridades e comunidade acadêmica discutem distribuição de bolsas de estudo

### Próximas audiências do 170:

- 29 de maio em Itajaí, na Univali, às 19 horas, e dia 2 de junho, às 9 horas na Acil, em Lages.

### Projetos sobre o artigo 170

Além do PL 09/03, tramitam na Casa:

- Projeto de Lei Complementar (PLC) 13/02, do deputado Jorginho Mello (PSDB): determina que 50% dos recursos das bolsas de estudo sejam destinados a pagar as mensalidades;

- Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 01/03, do deputado Ronaldo Benedet (PMDB): propõe que 30% do orçamento do Estado seja destinado à educação, hoje em 25%, sendo que os outros 5% sejam repassados ao ensino superior;

- PEC 04/03, do Executivo: determina que, a partir de 2004, 90% dos recursos se destinem aos alunos matriculados em faculdades registradas no Estado, sem especificar sistema Acafe e particulares, destinando 10% para o crédito educativo.

# Faltam os negros no Poder

Scheila Dziedzic

**Carioca de Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro, compositora da Estação Primeira de Mangueira, sambista de sucesso e por excelência. Leci Brandão, como ela mesmo define, conhece tudo o que o povo conhece porque "passou por todas essas coisas". Engajada em movimentos sociais- principalmente os ligados à afirmação dos negros brasileiros por convicção de que todos somos iguais nos direitos e deveres de cidadãos, Leci Brandão esteve em Florianópolis para prestigiar a sessão solene, realizada na Assembléia Legislativa, que homenageou personalidades que prestaram relevantes serviços à raça negra em Santa Catarina. Segundo ela, com seu currículo enriquecido e feliz por sua presença no Estado onde nasceu Cruz e Souza e que teve uma das maiores figuras históricas da educação deste País: Antonieta de Barros, ambos negros. Leci ainda fez um pedido aos "companheiros ligados às escolas de samba" que façam um enredo falando de crianças. "Criança é a base. Todos nós fomos crianças. O Brasil tem inúmeras histórias, mas Florianópolis que está no Sul do País, que tem samba, e bom samba, que tem boas escolas de samba, por favor, façam um enredo em prol da criança."**

**AL Notícias-** Quem é Leci Brandão e qual é seu papel social?

**Leci Brandão-** Uma cidadã, uma pessoa muito simples que tem sua profissão como missão. Porque eu acho que estou cumprindo uma missão aqui. Não é nada mais que isso. E tenho procurado dentro deste trabalho ser útil às pessoas. Porque na verdade, as minhas lutas são inúmeras não só pelos negros. Eu brigo pelo Movimento dos Trabalha-

dores Rurais Sem Terra (MST), pelas mulheres, pelos índios, pela campanha contra fome do Betinho, pelos partidos de esquerda. Eu sempre fui uma pessoa centrada nesta postura de fazer da minha arte alguma coisa em prol das pessoas. Eu perdi a conta das vezes em que sentei com as mulheres negras, com os homens negros, com os cidadãos deste País para poder falar do nosso espaço, da nossa oportunidade que esta é a minha missão, porque quem começou a vida da forma como comecei, não poderia imaginar que fosse ter a oportunidade de conhecer o meu País e outros países através da minha profissão. A minha parte é fazer do meu trabalho musical um compromisso com a comunidade brasileira.

**AL Notícias-** Quando surgiu essa consciência social e política na sua vida?

**Leci-** Desde que eu comecei a trabalhar, desde que eu cresci. Porque antes de ser artista eu já era uma pessoa que tinha uma opinião bem definida, já era líder no meu trabalho. Eu nunca aceitei patrão que fosse injusto, que não cumprisse com meus direitos. Eu sempre fui uma mulher batalhadora, guerreira. Sempre trabalhei, nunca deixei de trabalhar. Sempre respeitei as pessoas, nunca fui submissa. Nunca deixei que



(Foto Jonas Lemos Campos)

ninguém montasse em mim. Sempre cumpri com minhas obrigações para poder lutar pelos meus direitos. O exercício da cidadania envolve direitos, mas também deveres.

**"Um País que conseguiu colocar um metalúrgico na Presidência, vai conseguir aceitar que os negros ocupem espaço"**

**AL Notícias-** Onde se avançou na questão do negro e do preconceito?

**Leci-** Acho que a partir do Centenário da Abolição, em 1988, a gente começa a ter um crescimento. A partir do centenário houve toda uma necessidade dos negros do Brasil se unirem,

se encontrarem e começaram os debates, as discussões, a criação das Organizações Não Governamentais (ONGs). A própria mídia começou a acompanhar de perto a questão do preconceito racial, as denúncias, delegacia contra preconceito, as leis que foram criadas, a lei que

definiu o racismo como crime inafiançável. Tudo isso contribui para que a gente chegasse onde está chegando. Tudo isso contribuiu, mais ainda falta muita coisa.

**AL Notícias-** O que ainda falta?

**Leci-** Acho que faltam os negros no poder. Pelo número de eleitores negros que nós temos, ainda temos pouco representantes no Congresso Nacional. Há todo um sistema que conduz a isso, às vezes o próprio negro não vota no negro porque pensa: será que isso vai dar certo? Será que ele vai ter condições? Mas acho que o Brasil vai mudar. Assim como se conseguiu colocar um metalúrgico na Presidência da República, vai conseguir aceitar que os negros ocupem espaços.

**AL Notícias-** Qual sua opinião sobre as chamadas políticas afirmativas, como a reserva de cotas para negros nas universidades?

**Leci-** Sou a favor das cotas, sim. Não peço que as universidades abram as suas portas para os negros, mas as universidades públicas têm, na sua maioria, alunos que podem pagar os cursinhos de pré-vestibular. As universidades públicas foram feitas para as pessoas que não têm condições. O negro que é sábio, que tem competência, teve que lutar, e graças a Deus conseguiu esse percentualzinho aí para poder se formar.

**AL Notícias-** Nos anos 80 você chegou a ficar cinco anos sem gravadora por causa do teor político de suas músicas.

**Leci-** Fiquei afastada por opção, pois eu pedi demissão de gravadora multinacional, pois não queria aceitar minha música, o que eu era. Aí a gravadora que surgiu me deu essa oportunidade, tendo consciência do que eu era e do que eu queria dizer. Em 1985, eu voltei com a gravadora Copacabana e começa a segunda parte da minha carreira.

**AL Notícias-** Porque você é considerada uma artista problema?

**Leci-** Sou considerada pela mídia como uma artista problema porque tenho a coragem, e jamais quero perdê-la, de defender a minha raça, o meu povo e as minhas comunidades. E hoje eu não tenho só compromisso com as comunidades do Rio de Janeiro, tenho compromisso com as comunidades do meu País. Fico muito espantada porque vejo colegas meus, da minha raça, que têm muito mais espaço na mídia do que eu, que têm uma carreira infinitamente com mais sucesso - eu não considero a minha carreira de sucesso, mas sou uma guerreira, uma trabalhadora, uma operária da música popular brasileira -, e não têm a postura, o procedimento de, através das suas músicas, falar dos seus referenciais, porque não acredito que a maioria dos artistas brasileiros tenha nascido em berço de ouro; não acredito que a maioria dos artistas brasileiros nunca tenha tido algum tipo de problema. Todos tiveram. Mas eles têm vergonha de falar de suas histórias, de seus referenciais.

## VIA BRASÍLIA

### Luta contra o seguro-apagão

Instituído pela lei 10.438, aprovada pelo Congresso Nacional em abril do ano passado, o chamado seguro-apagão - que custa aos consumidores de todo o país R\$ 0,057 a mais nas faturas mensais de energia elétrica -, gerou pedido de audiência pública do deputado federal João Pizzolatti (PP), que integra a Comissão de Minas e Energia da Câmara. Na próxima semana, os representantes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) e dos Produtores Independentes de Energia (PIEs) devem comparecer à Comissão. Na segunda-feira, 19, Pizzolatti e o deputado Gervásio Silva (PFL), também membro da Comissão, falaram sobre o assunto em coletiva à imprensa na Assembléia.

"A lei criou o encargo de capacidade emergencial - seguro-apagão -, para viabilizar projetos de geração de energia num prazo de cinco anos. Nenhum centavo foi investido, pelo que sabemos e a cobrança continua. Não podemos continuar pagando", disse Pizzolatti. De acordo com ele, existem hoje 54 geradores independentes para quem estão destinados pela CBEE para este ano um total de R\$ 2,6 bilhões, sem gerar um quilowatt/hora, o que leva a crer que os contratos gerados pela lei que estabeleceu o plano para expansão da oferta de energia elétrica emergencial estão, no mínimo, equivocados. Conforme dados da própria Eletrobras, depois da crise de abastecimento em junho de 2001, gerada por falta de investimentos no setor, e do racionamento que foram submetidos os brasileiros de todas as regiões, a situação está estabilizada, havendo inclusive excesso de ener-

gia. "Os brasileiros ajudaram, São Pedro ajudou, e a economia em marcha lenta também. Se o país voltar a crescer 3% ao ano, vai faltar porque até agora não houve investimentos e nós continuamos a pagar", salientou Gervásio Silva.

Em abril deste ano, moção de autoria da bancada do PP no parlamento catarinense aprovada em plenário e encaminhada ao Fórum Parlamentar Catarinense (que reúne deputados federais e senadores que representam o estado), pedia o fim da cobrança do seguro-apagão. A moção lembrava os enormes prejuízos causados por esta taxa aos bolsos dos catarinenses. Pizzolatti requereu, ainda em abril, informações à Eletrobras sobre o montante arrecadado com este encargo desde a sua instituição e sua destinação, incluídos aí os projetos existentes para a área de geração. (MMV)

# PLENÁRIO

## Aprovado plebiscito para emancipação de Balneário Rincão

O plenário aprovou, na sessão de quarta-feira (20), a admissibilidade do projeto de resolução que autoriza o plebiscito para a emancipação do Distrito de Balneário Rincão, no Sul do estado, de autoria do deputado José Paulo Serafim (PT). O deputado Julio Garcia (PFL) apresentou o relatório da vistoria realizada no dia 8 de maio, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, defendendo que o balneário conta com a total infra-estrutura e preenche todos os requisitos necessários para contemplar a solicitação, bastando apenas o Tribunal Regional Eleitoral marcar a data para a realização do plebiscito junto a sua população e também do município sede, Içara.

“Estivemos junto com outros parlamentares da região Sul, com técnicos do IBGE, Secretaria da Fazenda, e concluímos que se confirmaram todos os elementos afirmados pela comissão de emancipação. Os requisitos estão plenamente satisfeitos. Podemos avaliar que o distrito possui a necessária infra-estrutura como o atendimento na saúde, tem sua própria geração de empregos, cooperativa de eletrificação que fornece energia para a população, posto do Besc, Correios, delegacia e, ainda, dispõe do turismo que está em desenvolvimen-

to, cujo potencial tem tudo para alavancar progresso para a comunidade”, observou Garcia.

**Norte da Ilha** – Com a galeria da Sala das Comissões lotada, moradores do Norte de Florianópolis aguardavam o desfecho da análise do projeto que beneficia a comunidade com a emancipação. O deputado Afrânio Boppré (PT) solicitou ao presidente da CCJ, João Paulo Kleinubing (PFL), mais uma semana para apresentar o relatório.(CA)



Norte da Ilha também pleiteia emancipação

## Transplantes de órgãos em SC

O deputado Mauro Mariani (PMDB) está sugerindo à Comissão de Saúde a realização de uma audiência pública para tratar do problema dos transplantes de órgãos em Santa Catarina. O parlamentar se mostrou preocupado com os dados obtidos na Central de Transplantes de Florianópolis, onde cerca de 800 pessoas ainda aguardam por um órgão no estado.

“A angústia atinge, principalmente, aqueles que necessitam de córnea. São 600,



mariani@alesc.sc.gov.br

junto com 238 pacientes que aguardam por um rim, nove por fígado e outros 10 por um coração. O grande problema no estado é a falta de conscientização para doação”, observa. O deputado Dado Cherem (PSDB), membro da Comissão de Saúde, diz que levará o assunto para a pauta das próxi-

mas reuniões e concorda com as afirmações de Mariani. “Sabemos que a fila de espera pela doação de órgãos está crescendo em Santa Catarina e é oportuna a sugestão do deputado. Seria interessante, inclusive, que uma campanha de conscientização começasse pelas escolas”, diz Cherem.(CA)



dadocherem@alesc.sc.gov.br

## Agenda

**Dia 26, 9 h** – Abertura do Encontro dos Parlamentares Mercosul Audiovisual com o presidente Volnei Morastoni

**Local:** Plenário

**Dia 26, 21 h** – Troca de Opinião – TV AL – Udesc

**Local:** Presidência

**Dia 27, 18 h** – Fórum parlamentar para discutir a redução do número de vereadores em SC

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 27, 19 h** – Lançamento da 15ª Festa Nacional do Pinhão – Lages

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 28, 19 h** – Abertura da exposição de trabalhos pictóricos do professor Lever Freitas e seus alunos

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 29, 14 h** – Audiência pública sobre a Economia Solidária em Santa Catarina

**Local:** Plenarinho

**Dia 29, 18 h** – Projeto Santa Catarina Canta e Encanta – TV AL

**Local:** Hall da Assembléia Legislativa

**Dia 29, 19 h** – Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para debater Alterações no artigo 170 da Constituição Estadual – Bolsas de estudo

**Local:** Univali, em Itajaí

**Dia 30, 18h30min** – Comemoração do aniversário da Proclamação da República Italiana

**Local:** Plenário

## Apoio à Mulher

Os parlamentares aprovaram terça-feira (20) o Projeto de Lei 16/03, de autoria do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), que institui o programa de apoio às mulheres e seus filhos menores de 14 anos em situação de violência. Caberá ao executivo prestar serviços de apoio e assessoria às entidades que desenvolvam ações voltadas ao atendimento à mulher. O



dentinho@alesc.sc.gov.br

programa, a ser instalado prioritariamente nas cidades-pólo do estado, prevê a implantação de centros de apoio, oferecendo abrigo, alimentação, assistência médica, social, jurídica e psicológica às mulheres em situação de violência, atuando na reorientação do universo pessoal e familiar, valorizando suas potencialidades e buscando a sua independência econômica através de capacitação profissional. (RV)

## ... Curtas ...

### Salário desemprego

Mensagem do deputado Valmir Comin (PP) ao delegado do Ministério do Trabalho em Santa Catarina, Odilon Silva, solicita a liberação de recursos para pagamento dos salários-desemprego dos pescadores artesanais do estado. Os recursos deveriam ter sido liberados nos meses de março, abril e maio. O atraso já está causando o aumento das necessidades dos pescadores e de suas famílias.

### Lotação de salva-vidas

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) solicita ao governador que seja implantado a lotação de salva-vidas, de forma permanente, na guarnição do Corpo de Bombeiros de Balneário Camboriú. Atualmente existe a necessidade da presença de salva-vidas também durante a baixa temporada, época em que as estatísticas demonstram a ocorrência de maior número de óbitos por afogamento.

### SC-303 no BID IV

Ao secretário da Infra-estrutura o deputado Romildo Titon (PMDB) está solicitando a inclusão do trecho Joaçaba-Luzerna da SC-303, no Programa BID IV. Ele argumenta que a ligação da Ponte Jorge Lacerda, em Joaçaba, à bifurcação com a SC-452 em Luzerna, será de fundamental importância para o desenvolvimento não só daqueles municípios, mas de toda a região.

### Questão limítrofe

Foi solicitada a constituição de Fórum Permanente para acompanhar o desenrolar da questão limítrofe de Santa Catarina com Paraná, envolvendo o pagamento de royalties pela Petrobrás para o estado. Em função da medição ilegítima sobre a localização dos poços petrolíferos, o Paraná está indevidamente recebendo os royalties. O pedido é do deputado Lício Mauro da Silveira (PP).

### Calcário para Campo Belo

Aprovada moção do deputado Antônio Ceron (PFL) solicitando ao governo, através do Programa Troca-troca, 2.500 toneladas de calcário para Campo Belo do Sul. Ele esclarece da urgência no envio deste calcário para que o produto chegue nas mãos dos agricultores pelo menos três meses antes do plantio, a fim de que produza o efeito esperado no solo. (GMP)

# A lenta descoberta do lixo como aliado contra a miséria

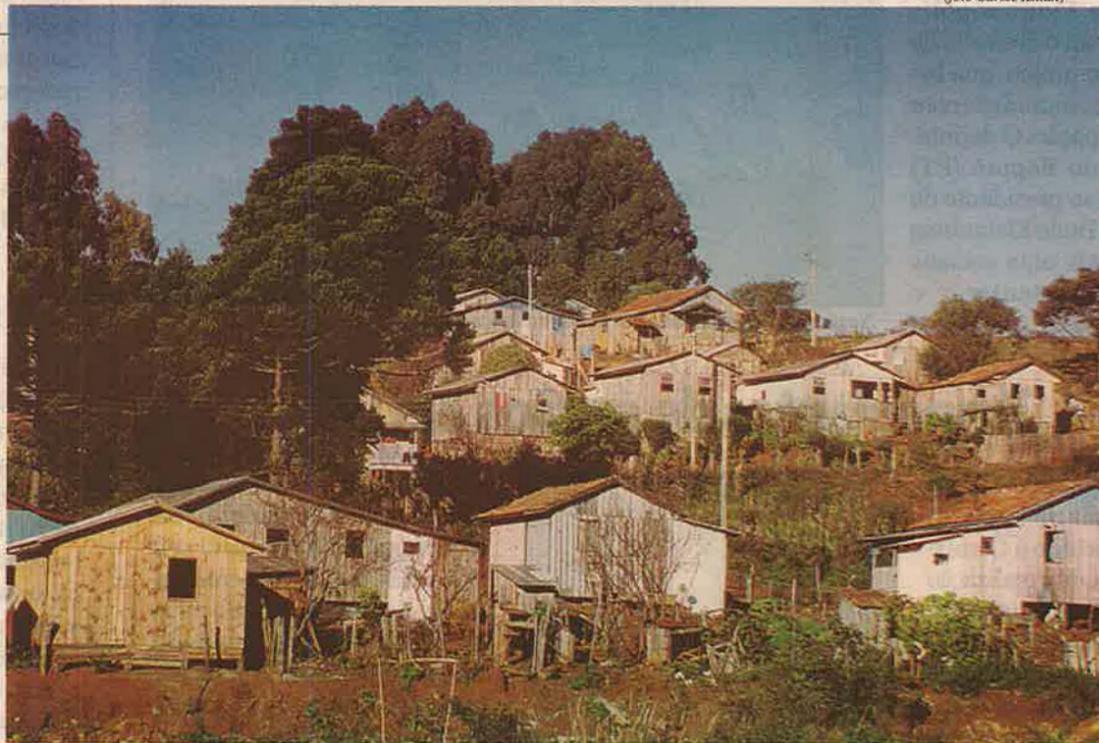
**Termo de ajustamento de conduta imposto pelo Ministério Público e Fatma desencadeou processo de conscientização ambiental em São José do Cerrito, um dos cinco municípios catarinenses com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina**

Mirela Maria Vieira

Com a maioria dos seus 10.192 habitantes vivendo próximos da linha da miséria, o município de São José do Cerrito, no Planalto Serrano, usou o termo de ajustamento de conduta para acabar com o lixo, firmado em julho de 2001, como alavanca na reversão do casamento entre a pobreza e a degradação ambiental.

Das discussões que precederam o termo, e que acabaram instigando o poder público a mobilizar a comunidade, partiu-se para a elaboração da Agenda 21, elencando o tratamento do lixo e o tratamento de esgoto como linhas mestras de seu programa de planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável.

"Sustentabilidade e preservação ambiental só podem ser obtidas com o envolvimento total da comunidade. Esta é a parte mais difícil. Conseguir recursos



para implementar projetos é bem difícil, mas a conscientização, a educação ambiental exigem ações contínuas e integradas", explica o secretário de Planejamento da cidade, Pedro Marcos, um orgulhoso filho do município.

O alvo certo para dar a largada na tarefa de ensinar o cerritense que a preservação ambiental é garantia de sobrevivência e qualidade de vida foram os alunos das redes municipal e estadual de ensino da cidade.

## Consciência ambiental e solidariedade

Em agosto do ano passado, foi intensificada a coleta seletiva de lixo. Pessoas que antes viviam do lixão foram aproveitadas pela prefeitura. Há menos de um mês começou a funcionar a Usina de Processamento de Lixo. O galpão pré-moldado que estava abandonado e sem uso foi reformado. Todos os resíduos recolhidos no perímetro urbano vão para lá.

Enquanto aguardam as chuvas para encher a cisterna construída em concreto armado, o trabalho de separação de lixo ainda está sendo feito fora da Usina. Depois de pronta, a tarefa passará ser executada dentro das instalações, com o chão sendo lavado constantemente com a água da chuva, evitando contaminação do solo. Resíduos orgânicos irão para a compostagem, destinada posteriormente

para alimentar o solo das praças e hortas escolares.

Os cerca de seis metros cúbicos de rejeitos (material não reciclável) serão coletados por uma empresa de Octacílio Costa. Com a comercialização dos recicláveis, a operação se paga. O lixo, no entanto, ainda chega muito misturado, exigindo tempo e habilidade dos dois funcionários que ganham R\$ 400 mensais.



Altamir Rodrigues e Joni Gonçalves não gostam de ser observados enquanto trabalham. "Eles ainda não têm consciência do quanto são importantes", observa Pedro.



### Esgoto ecológico

Através de um programa do Ministério da Saúde, a prefeitura conseguiu com R\$ 94,7 mil, beneficiar 90 famílias dos bairros Gisele e Dom Daniel (na foto) com a construção de um sistema de esgotamento sanitário ecológico. O sistema inclui três caixas coletoras, sendo que a última será recoberta com junco. "A água que sai dali tem níveis quase zero de coliformes fecais", garante Pedro. Antes da construção dos esgotos, que devem começar a funcionar em dois meses, a prefeitura teve que construir banheiros para mais de 10 famílias.

## Amigos da Natureza

Aproveitando o trabalho desenvolvido há alguns anos pela Secretaria Municipal de Educação através de oficinas, palestras sobre hortas escolares, coleta seletiva de lixo, compostagem e produção de alimentos, 135 profissionais de educação fizeram uma espécie de curso intensivo, em 2001, para transformar seus alunos em multiplicadores eficientes da conscientização ambiental no I Congresso de Educação Ambiental, tendo como tema "A Escola como agente de transformação". Nascia ali o programa *Amigos da Natureza*. Todas as escolas da rede agora contam com sua horta, nascida daquilo que antes ia parar no lixão, hoje uma área em recuperação com mudas de árvores prontas para despontar.

"São as crianças que vigiam seus pais, ensinando a separar o lixo, a fazer a compostagem da matéria orgânica, que por sua vez permite que as pessoas tenham uma horta. A menina atua como polícia ambiental", diz o geógrafo Jorge Augusto da Silva, coordenador de projetos da Associação dos Municípios da Região Serrana. O processo de mobilização incluiu palestras nos bairros e nas instituições.

Um posto de troca foi instala-

do em agosto de 2001 para receber o material reciclável (papel, plástico e metal). Em um ano, o posto absorveu 20 mil toneladas de lixo seco, encaminhados como matéria-prima para a indústria. "A APAE mantém o posto, com o qual consegue recursos com a venda deste material que uma vez por semana é recolhido por um caminhão", conta Pedro.

Outros aliados essenciais no projeto são os agentes de saúde, que integram o Programas Saúde na Família (PSF). "Eles já estão colaborando, mas vamos prepará-los melhor para que, no momento da visita às famílias pelas quais são responsáveis, verifiquem o tratamento que estão dando aos resíduos orgânicos e material reciclável", explica. Duas grandes gincanas "ambientais" *Amigos da Natureza*, envolvendo toda a comunidade, foram realizadas, em 2001 e 2002. Além da coleta de lixo - nove toneladas foram recolhidas na primeira e 22 mil na segunda -, as gincanas arrecadaram alimentos não-perecíveis, agasalhos, livros e revistas, e as tarefas se ancoraram na valorização da cultura e da gente cerritense. "Melhorar a auto-estima da população é importante", assinala o prefeito da cidade, José Maria de Oliveira Branco.